

DESTAQUES DA SEMANA

Tecnologia da Informação

11 a 14 de novembro de 2024

Nesta Edição

- △ [Proteção de Dados](#)
- △ [Internet](#)
- △ [5G no Brasil](#)
- △ [Segurança Cibernética](#)
- △ [Inteligência Artificial](#)
- △ [Inclusão Digital](#)
- △ [Educação](#)
- △ [Mídias Sociais](#)
- △ [Governo Digital](#)
- △ [PD&I](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Regulatório](#)
- △ [Consumidor](#)
- △ [Ambiental](#)
- △ [Trabalhista](#)
- △ [Política](#)
- △ [Consultas & Compras Públicas](#)
- △ [Nomeações](#)

Proteção de Dados

- **MGI adere a Nuvem de Governo.** O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) assinou Acordos de Cooperação Técnica com a Dataprev e o Serpro para implementar a "Nuvem de Governo," uma infraestrutura de computação em nuvem voltada à gestão de dados públicos. A iniciativa integra soluções de empresas como AWS, Huawei e Oracle nos data centers das estatais, assegurando a segurança de informações sensíveis. Parte do projeto da Infraestrutura Nacional de Dados (IND), a ação busca fortalecer a soberania tecnológica do Brasil e está alinhada ao Plano Nacional de Inteligência Artificial (PBIA). O MGI será o primeiro cliente das estatais, atendendo ao programa Colaboragov, e divulgará, em dezembro, um Catálogo de Serviços de Nuvem de Governo com preços e condições. Inicialmente voltada à Administração Federal, a adesão estará aberta a estados e municípios. Com informação: [Tele.Síntese.](#)

Internet

- **União é admitida no processo sobre Marco Civil da Internet.** O ministro Dias Toffoli, do STF, autorizou a União a atuar como amicus curiae no julgamento sobre a responsabilidade das plataformas digitais conforme o Marco Civil da Internet. A sessão, marcada para 27 de novembro, discutirá se redes sociais devem ser responsabilizadas por conteúdos de usuários somente após ordem judicial. O caso, movido pelo Facebook, questiona a exigência de remoção de conteúdos com base em ordem específica. A AGU defende que as plataformas sejam responsáveis mesmo sem essa ordem, citando a segurança online. Toffoli permitiu também a participação de entidades como o Senado e associações de proteção de dados. O Facebook solicita que qualquer nova interpretação do STF não comprometa as proteções do Marco Civil.
Com informação: [tele.síntese](#)

5G no Brasil

- **Ministério das Comunicações vai testar 5G FWA em escolas do RN.** Segundo o ministro Juscelino Filho, a iniciativa busca não apenas facilitar a conexão das escolas, mas também diminuir o tempo de implementação, criando mais opções para incluir a conectividade, que atualmente conta com alternativas como fibra ótica e satélites, adaptadas conforme a região. Os testes prévios, realizados em março e abril em seis escolas do Distrito Federal, mostraram resultados promissores, com velocidades compatíveis com o programa Escolas Conectadas, que requer uma conexão de 1 Mbps por aluno. Agora, o foco será verificar o desempenho da tecnologia com os equipamentos instalados externamente nas escolas. A iniciativa conta com a colaboração da CPQD, Brisanet, Qualcomm, Intelbras e Beenoculos, sendo que a CPQD será responsável pela instalação da rede e dos dispositivos, enquanto a Beenoculos trará experiências em realidade virtual para os estudantes. Uma metodologia específica foi desenvolvida para otimizar a cobertura e a distribuição dos repetidores Wi-Fi nas escolas. Com um total de 2.456 alunos envolvidos nos testes iniciais, a expectativa é que a tecnologia 5G FWA possa não apenas atender, mas aprimorar o acesso à internet nas escolas, tornando a conectividade mais acessível e eficiente.

Segurança Cibernética

- **Brasil exige uma efetiva política de governança para segurança cibernética.** Durante o Tech Gov Fórum Paraíba, o presidente da Companhia de Processamento de Dados da Paraíba (Codata), Giuseppe Guido, destacou que a **segurança da informação é o principal desafio enfrentado pela companhia, especialmente em um cenário de escassez de recursos financeiros**, característico de órgãos públicos estaduais. Guido revelou que a Codata sofre ataques cibernéticos diariamente, tendo já enfrentado uma interrupção de serviços devido a um ataque DDoS no ano anterior. Ele enfatizou que a **fragmentação das estratégias de segurança entre as diferentes secretarias e órgãos públicos cria vulnerabilidades** que facilitam esses ataques. Para ele, é urgente a implementação de uma governança de segurança

cibernética, não apenas na Paraíba, mas em todo o Brasil, citando experiências do Centro Nacional de Cibersegurança da Espanha como modelo a ser seguido. Guido argumentou que, na **ausência de uma política nacional robusta de segurança, fica difícil medir e auditar práticas de compliance**, o que prejudica ações proativas contra as ameaças digitais. Em relação ao avanço do Governo Digital, o presidente da Codata alertou que não há uma solução única que funcione em todos os estados e que é essencial preparar os cidadãos para utilizarem os serviços online. Ele concluiu que investir em tecnologias sem as devidas garantias de segurança, infraestrutura e governança compromete a efetividade da transformação digital. Com informações de: [Convergência Digital](#)

Inteligência Artificial

- **Vai à CFT projeto que prevê incentivos para o desenvolvimento de inteligência artificial.** A Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI) aprovou, nesta quarta-feira (13), o [PL 4719/2023 \(incentivo ao desenvolvimento de inteligência artificial\)](#) e apensado, nos termos do [substitutivo](#) apresentado pelo deputado **Sargento Portugal** (PODE/RJ). A matéria segue à Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Após análise da CFT, o projeto ainda deverá ser analisado pela Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI) e, caso aprovado, será remetido ao Senado Federal – *salvo interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Câmara dos Deputados*.
- **Senado Federal prorroga atividades de Comissão Temporária sobre Inteligência Artificial.** O Plenário do Senado Federal prorrogou por 30 dias as atividades da Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no Brasil (CTIA), destinada a análise do uso de Inteligência Artificial no Brasil, tendo como principal projeto o PL 2338/2023. Com efeito, os parlamentares terão até 14 de dezembro para a deliberação do projeto no colegiado. A prorrogação, proposta pelo senador **Astronauta Marcos Pontes** (PL/SP), busca garantir a conclusão da análise da matéria, que ainda carece de novo parecer do relator, senador **Eduardo Gomes** (PL/TO). Apesar de ainda não ter uma data para votação da matéria, o senador Eduardo Gomes informou que deve apresentar a terceira versão de seu parecer, com um texto menos restritivo, nas próximas semanas.
- **Designada relatora de projeto que define regras para uso de dados pessoais no treinamento de inteligência artificial na CCTI.** A deputada **Daiana Santos** (PCdoB/RS) foi designada relatora do [PL 2775/2024 \(define regras para uso de dados pessoais no treinamento de IA\)](#) na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI). Aguarda-se apresentação de parecer para sua inclusão na pauta deliberativa da Comissão. Após análise da CCTI, o projeto segue à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e, caso aprovado, será remetido ao Senado Federal – *salvo interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Câmara dos Deputados*.
- **MCTI publica Proposta do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial.** MCTI publica [proposta](#) de plano que visa impulsionar o setor de IA no Brasil entre **2024 e 2028**, com um **investimento previsto de R\$ 23,03 bilhões** distribuídos em **cinco eixos** estratégicos, sendo estes: **(i)**

infraestrutura e desenvolvimento de IA; **(ii)** difusão, formação e capacitação em IA; **(iii)** IA para melhoria dos serviços públicos; **(iv)** IA para inovação empresarial; e **(v)** apoio ao processo regulatório e de governança da IA. O plano, também denominado de Plano IA para o Bem de Todos, reconheceu ainda iniciativas empresariais que incorporaram a utilização de IA de maneira transparente, rastreável, responsável, cooperativa e orientada à superação de desafios sociais, ambientais e econômicos. Ao todo, foram incorporadas 31 ações de impacto econômico imediato no plano, delegadas à diversas instituições do aparato público e privado. A gestão e o monitoramento do plano serão conduzidos por um **Conselho Superior, um Comitê Executivo e Câmaras Temáticas**, priorizando transparência, ética e participação multissetorial, com avaliações periódicas e relatórios de impacto. O plano segue para encaminhamento e aprovação do Presidente da República.

Inclusão Digital

- **Governo avança com a Política Nacional de Inclusão Digital.** O Ministério das Comunicações (MCom) anunciou a criação, até dezembro, de um grupo de trabalho interministerial (GTI) para a Política Nacional de Inclusão Digital (PNID), visando mapear as necessidades de inclusão digital no Brasil e criar um plano nacional até junho de 2025. O GTI, composto por representantes de vários ministérios e da Anatel, realizará sessões temáticas sobre áreas como saúde e educação, com a participação da sociedade civil. A primeira reunião do GTI está prevista para janeiro de 2025, com um prazo de 90 dias, prorrogável, para entregar um diagnóstico abrangente com propostas de projetos e orçamento. A implementação dos investimentos para o PNID está planejada para o orçamento de 2026, destacando a relevância da tecnologia para a inclusão digital no país. Com informação: [Teletime](#).

Educação

- **Pronto para a pauta da CE projeto que permite a concessão de bolsas do Prouni para alunos de cursos tecnológicos.** A deputada **Luisa Canziani** (PSD/PR) apresentou, nesta terça-feira (12), [parecer](#) favorável ao [PL 1358/2024](#) (*concessão de bolsas do Prouni para alunos de cursos tecnológicos*), com emenda, na Comissão de Educação (CE). A matéria encontra-se [pronta para inclusão na pauta deliberativa](#) da Comissão. Após análise da CE, o projeto segue à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e, caso aprovado, será remetido ao Senado Federal – *salvo interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Câmara dos Deputados*.
- **Arquivado projeto de 2015 sobre oferta de internet em escolas.** A Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) arquivou o projeto que **garante internet para fins educacionais a alunos do ensino fundamental e do ensino médio das redes pública e privada**. O [PLS 280/2015](#) teve **parecer pela prejudicialidade** do senador **Flávio Arns** (PSB/PR) por **já haver legislação que prevê a conectividade nas escolas**. Flávio Arns observou que já existe legislação e programas do governo para garantir internet para alunos, como o Programa Internet Brasil e a Política Nacional de Educação Digital. O texto foi

originalmente apresentado como sugestão pelos participantes da edição de 2014 do Programa Jovem Senador, que seleciona jovens de todos os estados por meio de concurso anual de redação. Depois, a sugestão (SUG 3/2014) foi analisada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) e transformada no projeto de lei. Com Informações de: Agência Câmara

- **Sanção de normativa garante maior transparência e acesso a dados educacionais no Brasil.** A sanção da [Lei nº 15.017/2024](#), que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, marca um avanço significativo na transparência dos dados educacionais no Brasil. Promulgada a partir do [Projeto de Lei 454/2022](#), a nova norma permite que o poder público compartilhe e publique informações e microdados resultantes dos censos da educação básica e superior, além dos exames e sistemas de avaliação. Essa medida busca viabilizar a utilização dessas informações na execução de políticas educacionais, promovendo o acesso mais amplo a dados que, até então, eram restritos. Os dados a serem disponibilizados serão tratados de maneira a preservar a privacidade dos estudantes e das instituições, garantindo que informações individuais sejam divulgadas de forma anonimizada. Dessa forma, a lei não apenas facilita a análise e a pesquisa sobre o desempenho educacional, mas também estimula a *accountability* nas políticas públicas, permitindo que a sociedade acompanhe e avalie a qualidade da educação no país.

Mídias Sociais

- **Pronto para pauta da CCDD projeto que dispõe sobre proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.** O [parecer](#) do senador **Flávio Arns** (PSB/PR) ao [PL 2628/2022](#) (*proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais*) foi lido durante reunião deliberativa da Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) desta quarta-feira (13). Porém, o [senador Esperidião Amin](#) (PP/SC) pediu vista ao Projeto, afirmando que foi procurado por pessoas que trouxeram pontos importantes a serem revistos no texto. A próxima reunião deliberativa da Comissão está prevista para o dia 27 de novembro, em decorrência do feriado nacional do Dia da Consciência Negra, dia 20 de novembro. Entretanto, a senadora **Damares Alves** (REP/DF) solicitou antecipação para o dia 19, o que será discutido com o presidente da comissão, o senador **Eduardo Gomes** (PL/TO).
- **Pronto para pauta da CCOM projeto que dispõe sobre advertência à saúde mental de menores pelo uso de redes sociais.** A deputada **Franciane Bayer** (REP/RS) apresentou [parecer favorável](#) ao [PL 2766/2024](#) (*advertência à saúde mental de menores pelo uso de redes sociais*) na Comissão de Comunicação (CCOM). A matéria encontra-se pronta para inclusão na pauta deliberativa da Comissão. Após análise da CCOM, o projeto passa ainda pelo crivo das Comissões de Saúde (CSAÚDE); de Defesa do Consumidor (CDC); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Caso aprovado, será remetido ao Senado Federal – *salvo interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Câmara dos Deputados*.
- **Pronto para pauta da CCJC projeto que estimula pluralidade e diversidade de notícias.** O deputado **Luiz Philippe de Orleans e Bragança** (PL/SP) apresentou [parecer](#) pela inconstitucionalidade e injuridicidade do PL 1354/2021 (*estimula pluralidade e diversidade de*

notícias) no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). A matéria encontra-se pronta para inclusão na pauta deliberativa da Comissão. Caso a matéria seja rejeitada pela Comissão (*seguindo o parecer do relator*) o projeto será encaminhado ao arquivo – *salvo interposição de recurso para que seja ouvido o Plenário da Câmara dos Deputados*.

- **Pronto para a pauta do Plenário projeto que prevê prisão para quem divulgar dados de criança vítima de violência.** O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou a aplicação de regime de urgência para o [PL 4306/2020](#) (prisão para quem divulgar dados de criança vítima de violência), seguindo pedido liderado pela deputada **Lídice da Mata** (PSB/BA) por meio do [REQ 3721/2023](#). A matéria aguarda inclusão na pauta da sessão deliberativa do Plenário, contando com parecer favorável, com subemenda substitutiva, ao projeto, ao [PL 529/2022](#) (garante a retirada de nomes de qualquer site de informações ou notícias), apensado, e ao substitutivo da extinta CSSF. Em caso de aprovação, a matéria será encaminhada para análise do Senado.

Governo Digital

- **GT do Plano Nacional de Inclusão Digital se reunirá a partir de 2025.** O secretário de Telecomunicações, Hermano Tercius, afirmou que o **Grupo de Trabalho** (GT) responsável pela criação de um **Plano Nacional de Inclusão Digital** deve começar a se **reunir em 2025**. De acordo com o secretário, acabaram de formar a equipe que vai construir o Plano Nacional de Inclusão Digital, com o planejamento de fazer o primeiro encontro da equipe em janeiro de 2025 e concluir o trabalho, no máximo, até no final do primeiro semestre, em junho de 2025. Segundo o secretário, a ideia é realizar um “diagnóstico detalhado de todas as lacunas de inclusão digital do Brasil”, além de projetos para combater os problemas identificados, com “prioridades e valores”. Com informações de: [Tele.Síntese](#)
- **MCTI estuda lançar novo edital para pesquisas em tecnologia assistiva.** Em audiência pública realizada na Câmara dos Deputados, o secretário de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social, Inácio Arruda, destacou o compromisso do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) no avanço das pesquisas voltadas para a tecnologia assistiva, especialmente no desenvolvimento de novos medicamentos para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Arruda anunciou a intenção de lançar um edital com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para fomentar estudos nesta área. A diretora de Tecnologia Social, Sônia da Costa, enfatizou a importância da colaboração interministerial, anunciando a reativação da Comissão Interministerial de Tecnologia Assistiva que inclui a participação dos Ministérios da Educação, Saúde, Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. Com dados do Sistema de Informações Ambulatoriais revelando cerca de 9,6 milhões de atendimentos a pessoas com autismo no Brasil em 2021, a discussão se torna ainda mais crucial. Milton Pereira de Carvalho Filho, coordenador-geral de Tecnologia Assistiva, ressaltou a importância histórica do momento, refletindo sobre a integração de pessoas com deficiências na sociedade. A audiência foi solicitada pela deputada Renata Abreu, que ressaltou a necessidade urgente de promover o acesso a terapias e medicamentos inovadores que

possam beneficiar indivíduos com TEA, indicando que a evolução nas opções de tratamento depende diretamente dos avanços em pesquisa científica. Com informações de: [ASCOM MCTI](#)

- **Governo trabalha na prorrogação de Isenção Fiscal para IoT e Avanços no Plano Brasileiro de Inteligência Artificial.** O Ministério das Comunicações (MCOM) está em negociações para a prorrogação da isenção fiscal referente ao Fistel para empresas que atuam com a tecnologia de Internet das Coisas (IoT), que atualmente se estende até o final de 2025. David Penha, diretor do Departamento de Investimento e Inovação, alertou que possíveis cortes no orçamento, analisados pelo Ministério da Fazenda, podem comprometer essa isenção. Penha destacou a importância de unir esforços no apoio ao [PLP 81/2022](#), que visa proteger recursos do Funttel para investimento em tecnologia. Ele também anunciou uma atualização na portaria que permitirá a emissão de debêntures incentivadas no setor de telecomunicações, mantendo benefícios fiscais para investidores em projetos de IoT. Para mais, Guilherme de Paula Correa, do MCTI, comentou sobre a expectativa de lançamento, até o fim do ano, do decreto que instituirá o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA), que prevê investimentos de R\$ 23,3 bilhões de 2024 a 2028. O plano inclui a construção de um supercomputador que integrará a lista dos mais potentes do mundo, com o intuito de desenvolver modelos de linguagem para inteligência artificial. Além disso, há planos para incentivar a produção de chips específicos para IA no Brasil, visando reduzir dependências externas. Correa ainda ressaltou que, se o decreto for publicado a tempo, os primeiros editais para financiamento de iniciativas em IA poderão ser lançados no primeiro semestre de 2025, com metade dos recursos destinados a investimentos não reembolsáveis. Com informação: [Tele.síntese](#).

PD&I

- **Pronto para a pauta da CCT projeto que dispõe sobre a dissolução societária do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada.** O senador **Marcos Pontes** (PL/SP) apresentou [parecer](#) pela rejeição do [PDL 558/2020](#) (*dissolução societária do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada*) e consequente arquivamento do projeto na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT). A matéria encontra-se [pronta para inclusão na pauta deliberativa](#) da Comissão. Após análise da CCT, o projeto ainda deve ser analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e pelo Plenário.

Economia & Tributário

- **Vai à CFT o PL das Startups.** A [Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural \(CAPADR\)](#) aprovou o [PL 9362/2017](#) (*PL das Startups*) e [apensados, nos termos do substitutivo](#) da deputada **Coronel Fernanda** (PL/MT). A matéria [segue à Comissão de Finanças e Tributação \(CFT\)](#), e posteriormente, à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Caso aprovado, o projeto será remetido ao Senado Federal.

- **CICS aprova projeto que provê adequação do Simples Nacional à Reforma Tributária.** A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara aprovou o [PLP 7/2024](#), que adapta o Simples Nacional à Reforma Tributária, seguindo o [parecer](#) do deputado Jorge Goetten (REP/SC). O texto aprovado incorpora ajustes do [PLP 68/2024](#) para evitar conflitos e permite flexibilizar o sublimite de R\$ 3,6 milhões para recolhimento de ICMS e ISS, podendo chegar ao limite federal de R\$ 4,8 milhões, com autorização local. O prazo para micro e pequenas empresas notificarem exclusão por débitos tributários foi estendido para até três meses após a infração. Após análise pela Comissão de Finanças e Tributação, o texto seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça e, se aprovado, para o Senado.
- **CDR vai debater Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais.** A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado Federal aprovou [requerimento](#) para realização de Audiência Pública, com o objetivo de debater o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais e o novo modelo de desenvolvimento regional após a [EC 132](#) (*Sistema Tributário Nacional*) e regulamentação do [PLP 68/2024](#) (*reforma tributária*).
- **A entrega de relatório da tributária fica para dezembro.** O relator da reforma tributária no Senado, senador **Eduardo Braga** (MDB/AM), anunciou que a entrega do parecer, inicialmente agendada para 27 de novembro, deverá ser adiada para os primeiros dias de dezembro, devido a atrasos nas sessões provocados pelos eventos do P20. Em contraponto, o presidente do Senado, **Rodrigo Pacheco** (PSD/MG), acredita que é possível que a regulamentação da reforma seja votada ainda este ano, citando a promulgação bem-sucedida da emenda constitucional 132 como um exemplo positivo. Com informações: [Poder 360](#)
- **Para Braga, novo modelo com 'split payment' pode baixar a alíquota padrão da reforma.** A questão central que dominou o debate na quinta audiência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na terça-feira (12), foi a inovação do *split payment* que será adotado no novo modelo tributário sobre consumo, regulamentado pelo projeto de lei complementar (PLP 68/2024), em discussão no Senado. O relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM), disse que a expectativa com o novo mecanismo é uma redução "brutal" na sonegação fiscal, que se sabe elevada com prejuízos que variam entre 8% e 20% da arrecadação tributária, mas sem ter um valor "seguro" até hoje. Braga mencionou também o efeito que o *split payment* deve produzir na diminuição das fraudes. A consequência disso, segundo ele, poderá ser baixar a alíquota padrão [aquela que será cobrada sobre o consumo de todos os itens que não estiverem nas "regras especiais" da reforma tributária
- **MDIC altera alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital.** A [Resolução MCTI nº 4/2024](#) prevê, dentre outros, a **alteração para 0%**, até 31 de dezembro de 2025, as alíquotas ad valorem do **Imposto de Importação** (II), na condição de ex-tarifários, sobre **novos produtos** das **Seções XVI a XVII** da NCM, conforme seguem: (i) **Seção XVII: máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios** – **Capítulo 84:** Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes; e **Capítulo 85:** Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de

gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios; (ii) **Seção XVII: material de transporte – Capítulo 86:** Veículos e material para vias férreas ou semelhantes, e suas partes; aparelhos mecânicos (incluindo os eletromecânicos) de sinalização para vias de comunicação; e **Seção XVIII: instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia, de cinematografia, de medida, de controle ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; artigos de relojoaria; instrumentos musicais; suas partes e acessórios.**

- **MF publica medida de autorização para Equalização de Juros em Financiamento de Tecnologia Assistiva para Pessoas com Deficiência.** [A Portaria MF nº 1.782/2024](#) autoriza, dentro dos limites, normas e condições estabelecidas pela Lei nº 12.613/2012, pela Resolução nº 4.861/2020, e por esta Portaria, o pagamento de equalização das taxas de juros e encargos financeiros sobre a Média dos Saldos Diários (MSD) do saldo devedor dos financiamentos, destinados à aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva para pessoas com deficiência, oferecidos pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal.
- **Banco Central publica regras para o Regime de Sobreaviso no Demab.** A [Instrução Normativa BCB nº 549/2024](#) define as normas para a execução do regime de sobreaviso pelo Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab), exclusivamente aplicável aos serviços realizados na área de tecnologia da informação.
- **Câmara de Comércio Exterior isenta alíquota de importação de Bens de Informática e Telecomunicações.** A [Resolução GECEX nº 663/2024](#) altera o anexo I da [Resolução GECEX nº 322, de 4 de abril de 2022](#), para incluir itens na lista de ex-tarifários de bens de informática e telecomunicações com alíquota de importação de 0%. Entre os produtos adicionados estão: (i) módulos eletrônicos com circuito impresso e componentes montados, para painéis de comando de elevadores, que registram chamadas de pavimento e interligam periféricos (NCM 8538.90.10); (ii) módulos de memória DDIMM (*Differential Dual Inline Memory Module*), DDR4 ou superior, com capacidade de 64GB (NCM 8473.30.49); (iii) telas sensíveis ao toque "touchscreen" de 15 a 55 polegadas, com tecnologia PCAP (NCM 8471.60.59); e (iv) displays indicadores de cristal líquido (LCD) colorido de 7 polegadas, matriz ativa (NCM 8531.20.00).
- **Câmara de Comércio Exterior revoga Ex-tarifários para Bens de Capital e Bens de Informática e Telecomunicação.** A [Resolução GECEX nº 664/2024](#) revoga, entre outros, os seguintes Ex-tarifários: (i) moduladores-demoduladores (NCM 8517.62.55); (ii) aparelhos emissores com receptor incorporado, digitais de frequência inferior a 15 GHz (NCM 8517.62.77); e (iii) controladores programáveis (NCM 8537.10.20)

Regulatório

- **Anatel atualiza plano estratégico de objetivos e metas até 2027.** A Anatel divulgou nesta terça-feira, 12, uma atualização do seu plano estratégico para o período entre 2023 e 2027. A agência acrescentou ao texto itens sobre as tecnologias de conectividade, o encerramento das concessões de telefonia fixa, o compartilhamento de postes e os **objetivos estratégicos**. No capítulo 3, que trata do contexto e dos desafios da conectividade, foram incorporadas

considerações a respeito das tendências de adoção das tecnologias emergentes na conectividade e sobre a incerteza crítica da possível assunção, pela Anatel, de atribuições relativas à regulação do funcionamento e da operação das plataformas digitais. O regulador trouxe novos componentes sobre os desafios setoriais relacionados ao encerramento das concessões da telefonia fixa e ao compartilhamento de postes, os desafios globais referentes aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da ONU, e do planejamento da União Internacional de Telecomunicações (UIT). Boas práticas de sustentabilidade e aspectos relacionados à gestão interna da instituição também foram atualizados. Com informações de: [Teletime](#)

- **Anatel publica os resultados da estratégia do terceiro trimestre de 2024.** O documento reafirma o comprometimento da Agência com os objetivos traçados no Plano Estratégico 2023-2027, que conta com 13 metas distribuídas em quatro eixos principais, sendo eles: **conectividade e serviços, estímulo a mercados sustentáveis, promoção da transformação digital e excelência na atuação da agência.** Entre os principais avanços, destaca-se que a **cobertura da tecnologia 5G atingiu 62,70%** da população, e a velocidade média da banda larga fixa subiu para 417,33 Mbps. O Plano de Gestão Tática 2023-2024, por sua vez, apresenta 19 metas, das quais **oito já foram superadas**, incluindo uma redução histórica no índice de reclamações ao atingir 0,35. Além disso, a Anatel cumpriu 100% das inspeções planejadas e homologou 86,11% das ofertas no Mercado de Atacado. No âmbito operacional, a agência se destacou por sua eficiência, realizando 508 decisões e respondendo a 98,42% das solicitações em menos de 60 segundos. O tempo médio para a concessão de outorgas foi de 5,97 dias, enquanto 3.301 ações de fiscalização foram realizadas dentro do prazo estabelecido. Essas iniciativas não apenas ressaltam a transparência e a efetividade da Anatel, mas também refletem um modelo de negócios que prioriza a geração de valor público, contribuindo para um setor regulado mais dinâmico e conectado. Com informações de: [Anatel](#)
- **PEC que atribui à Câmara fiscalização de agências reguladoras tem tramitação prevista para 2025.** A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 42/2024, de autoria do deputado Danilo Forte (União-CE), que visa a fiscalização das agências reguladoras, deve começar a tramitar em fevereiro de 2025. O texto, que já conta com 209 assinaturas, propõe que as comissões da Câmara dos Deputados assumam um papel formal na supervisão dessas agências, buscando aumentar a transparência e a conformidade no seu funcionamento, em resposta a recentes problemas, como os impasses no setor de telecomunicações, particularmente em relação à negativa da Aneel sobre o regulamento de compartilhamento de postes. Forte argumenta que a intervenção das comissões é necessária para evitar a influência de interesses privados sobre essas autarquias, garantindo a proteção dos consumidores. Destaca-se que a PEC mantém as atuais comissões do Legislativo como responsáveis pela fiscalização, alinhando-se à necessidade de um controle mais efetivo sem a criação de novos órgãos, similar ao que já ocorre no Senado com a sabatina das indicações para as agências. Com informações de: [Teletime](#)

Consumidor

- **Designado relator de projeto que garante acesso a dados de nota de risco de crédito.** O senador **Luis Carlos Heinze** (PP/RS) foi designado relator do [PL 3953/2019](#) (*acesso a dados de nota de risco de crédito*) na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). Aguarda-se emissão de parecer para sua inclusão na pauta deliberativa da Comissão. Caso aprovado na CTFC, o projeto será remetido à Câmara dos Deputados – *salvo interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário do Senado Federal*.

Ambiental

- **Vai à CICS projeto que veda a obsolescência programada.** A Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE) aprovou o [PL 7875/2017](#) (*veda a obsolescência programada*) e seus apensados na forma do substitutivo oferecido pela deputada **Silvia Cristina** (PP/RO). A matéria segue para análise pela Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS). Posteriormente, será apreciada também pelas Comissões de Defesa do Consumidor (CDC) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Caso aprovada, será remetida para deliberação pelo Senado Federal – *salvo interposição de recurso para votação pelo Plenário da Câmara*.

Trabalhista

- **Vai à CE projeto que dispõe sobre estímulo participação feminina em TI.** A Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI) aprovou o [PL 840/2021](#) (*estímulo participação feminina em TI*) e apensados, nos termos do [substitutivo](#) da deputada **Daiana Santos** (PCdoB/RS). A matéria segue à Comissão de Educação (CE), após o qual deverá ser analisado ainda pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e pelo Plenário da Câmara dos Deputados.
- **Pronto para a pauta da CAS projeto que institui Lei do Primeiro Emprego.** O senador **Renan Calheiros** (MDB-AL) apresentou parecer favorável ao [PL 5228/2019](#) (*Lei do Primeiro Emprego*) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) com alterações ao texto revisado pela Câmara dos Deputados, que incluem: (i) Duas emendas de redação; e (ii) Supressão dos novos arts. 441-N a 441-Y sugeridos pelo substitutivo da Câmara à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para tratar sobre o “*Contrato de Recolocação Profissional*”. A matéria está pronta para inclusão na pauta deliberativa da Comissão. Após análise da CAS o projeto segue ao Plenário.
- **Governo se manifesta sobre a redução da escala 6x1.** O vice-presidente Geraldo Alckmin destacou, durante sua participação na COP29 no Azerbaijão, que a discussão sobre a redução da jornada de trabalho, particularmente a eliminação da escala 6 x 1, é uma “*tendência mundial*”. Alckmin enfatizou a importância do debate entre a sociedade e o Congresso para determinar o que seria mais benéfico para o Brasil. A proposta de reduzir a jornada para quatro dias por semana está em trâmite na Câmara dos Deputados, através de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) apresentada pela deputada **Érika Hilton** (PSOL/SP). Ainda, a proposta

sugere uma redução para 36 horas, mantendo o limite diário em até oito horas e sem afetar os salários. Já o ministro da Secretaria de Comunicação, Paulo Pimenta, também manifestou apoio à reforma, posicionando-se a favor de qualquer medida que vise melhorar as condições de trabalho da classe trabalhadora. Com informação: [O Globo](#)

Política

➤ **Brito desiste de candidatura à presidência da Câmara, e PSD anuncia apoio a Hugo Motta.** Os líderes do PSD e do União Brasil na Câmara dos Deputados, **Antonio Brito (BA)** e **Elmar Nascimento (BA)**, respectivamente, **anunciaram a desistência de suas candidaturas à presidência da Casa, oficializando apoio à candidatura de Hugo Motta (REP/PB)**. A decisão fortalece a posição de Hugo, praticamente encerrando a competitividade na disputa. Durante a reunião, Elmar ressaltou a necessidade de **convergência entre os partidos** e declarou que apoia a candidatura de Hugo, destacando suas qualidades como um líder “capacitado” e “absolutamente correto”. O apoio do União Brasil foi ratificado na presença de Antonio Rueda, presidente do partido, que reconheceu a frustração diante da retirada da candidatura de Elmar, mas enalteceu a grandeza do gesto. O PSD também deliberou pelo apoio a Hugo, com Brito confirmando a retirada de sua candidatura após conversas sobre a manutenção dos espaços do partido na Câmara, um fator que influenciou sua decisão. **O apoio a Hugo inclui a expectativa de preservar a 4ª Secretaria, a presidência da Corregedoria e duas comissões, além de um compromisso com a presidência da Comissão Mista de Orçamento (CMO) em 2026.** Apesar das negociações, há um descontentamento nas bancadas devido à relação com o governo Lula e ao desejo de maior reconhecimento por parte do Executivo. Embora a candidatura de Hugo Motta pareça consolidada, a decisão de Brito e Elmar reflete a dinâmica do centrão e a necessidade de articulações para garantir presença nas instâncias de poder, em um contexto político cada vez mais competitivo e por vezes conflituoso.

Com informações de: [Folha de S. Paulo](#)

➤ **Eleição do Senado: PSD, maior bancada, decide apoiar Alcolumbre e quer comando da CCJ.** Omar Aziz, líder do PSD no Senado, confirmou o apoio da bancada à candidatura de Davi Alcolumbre (União/AP) para a Presidência da Casa no próximo ano. Com essa decisão, a aliança já reúne 63 senadores, além do PSD, incluindo PL, PT, União, PP, PSB, Republicanos e PDT. Para vencer a disputa, são necessários 41 votos. A senadora Eliziane Gama (PSD-MA) desistiu de sua pré-candidatura, e até o momento, MDB e PSDB ainda não declararam apoio formal a Alcolumbre. O Podemos também se posicionou a favor da candidatura, enquanto Eduardo Girão (Novo/CE) manifestou sua intenção de apoiar outros nomes. Alcolumbre é um aliado próximo do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), que já expressou publicamente sua preferência pelo colega. Além do apoio à candidatura, Aziz destacou que o PSD busca controlar a principal comissão do Senado, a de Constituição e Justiça (CCJ), e a primeira-secretaria, visando garantir influência nas decisões administrativas da Casa. Otto Alencar (PSD/BA) e Daniella Ribeiro (PSD/PB) são os nomes cotados para essas posições. O PL, sendo a segunda maior sigla, já anunciou apoio a Alcolumbre como parte de sua estratégia para assegurar cargos na liderança do Senado. Com informações de: [G1](#)

Consultas & Compras Públicas

- **MDIC abre consulta pública sobre política de preços.** O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços abriu [Consulta Pública](#), até o dia 10 de janeiro, com o objetivo de obter contribuições da sociedade acerca da **revisão da Política de Preços dos serviços prestados pelo INPI**, regida **pela Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/1996)**. Nesse sentido, esta consulta visa o **aprimoramento do marco regulatório**, por meio de uma política de precificação que possibilite melhorar o funcionamento do sistema brasileiro de propriedade intelectual. As contribuições podem ser enviadas para o e-mail diimp@inpi.gov.br.
- **MGI abre consulta pública sobre segurança cibernética.** O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos abriu [Consulta Pública](#), até o dia 27 de novembro, para obter contribuições da sociedade acerca do **escopo principal e especificações técnicas para a contratação de segurança cibernética**, composta de serviços e fornecimento de ferramentas de Antimalware com XDR (*Extended Detection and Response*) e inspeção de rede contra ameaças avançadas com detecção e resposta - NDR (*Network Detection and Response*) e Antispam, com serviços básicos e especializados e transferência de conhecimento, pelo MGI. As contribuições podem ser enviadas através de formulário específico a ser disponibilizado oportunamente no Portal [Participa + Brasil](#).

Nomeações

- **Ministério da Saúde nomeia nova Coordenadora-Geral de Telessaúde.** O Ministério da Saúde (MS) anunciou a nomeação de **Annelise Lopes Garcia** para o cargo de Coordenadora-Geral de Telessaúde, dentro do Departamento de Saúde Digital e Inovação, conforme a [Portaria de Pessoal MS nº 1.047/2024](#).
- **MCTI nomeia membros da CIBES.** O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) designou representantes para compor a Comissão Interministerial de Controle de Exportação de Bens Sensíveis (CIBES), no âmbito do Ministério.